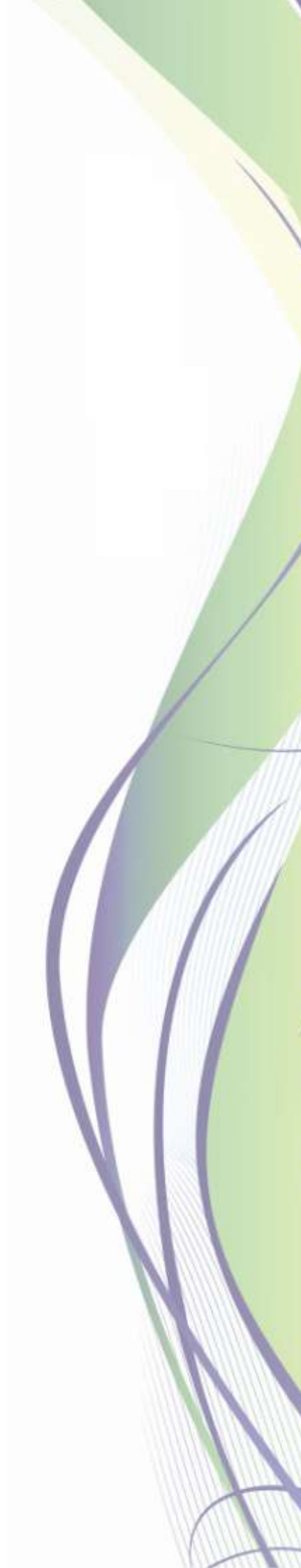


# PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL MÃE BONIFÁCIA

## INTRODUÇÃO









**Governador do Estado de Mato Grosso**

Silval da Cunha Barbosa

**Secretário de Estado do Meio Ambiente**

José Esteves de Lacerda Filho

**Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas**

Wilson Gambogi Pinheiro Taques

**Superintendente de Biodiversidade**

Ebenézer Borges Costa e Silva

**Coordenador de Unidades de Conservação**

Alexandre Milaré Batistella

**Gerente do Parque Estadual Mãe Bonifácia**

Celso Benedito Pinheiro Ferreira

**Coordenadoria de Unidades de Conservação**

**Coordenação Geral**

Alexandre Milaré Batistella

**Equipe Técnica Participante**

Elder Monteiro Antunes – Analista de Meio Ambiente

Eliani Fachim – Analista de Meio Ambiente

Eliani Mezzalira Pena – Analista de Meio Ambiente

Kátia Moser Borges de Oliveira - Analista de Meio Ambiente

Rosana Maria Viegas – Analista de Meio Ambiente

Vera Lúcia Noriko Kuroyanagi - Analista de Meio Ambiente

**Instituição Executora**

Ecossistema Consultoria Ambiental Ltda.  
Rua Dionízio Baglioli, 111  
Curitiba – PR, CEP 81.510-540  
Fone: (041) 3296-2638  
E-mail: ecossistema.bio@terra.com.br

**EQUIPE TÉCNICA****Coordenação Geral**

Bióloga Dra. Gisele Cristina Sessegolo – CRBio 8.060-07/D  
ART n°. 07-0561/11

**Sub-coordenação**

Gestora Ambiental Marília Thiara Rodrigues Basniak

**Meio Físico**

Geógrafo Luis Fernando Silva da Rocha – CREA 105.590/D  
Geólogo MSc. José Eduardo Gheno Becker – CREA 114.578/D

**Geoprocessamento**

Geógrafo Luis Fernando Silva da Rocha – CREA 105.590/D

**Meio Biótico***Flora*

Bióloga Susana Dreveck - CRBio 63372-03

*Avifauna*

Biólogo MSc. Celso Seger – CRBio 9.806-07

*Mastofauna*

Bióloga MSc. Tatiana Pineda Portella - CRBio 66.905-07D

*Herpetofauna*

Biólogo MSc. Samuel Duleba – CRBio 34.623-03

*Ictiofauna*

Biólogo Dr. Vinícius Abilhoa - CRBio 9978-07D

**Meio Socioeconômico**

Arquiteto e urbanista Clóvis Ultramari  
Socióloga Dra. Sigrid de Mendonça Andersen  
Economista Ciro André de Moraes – CORECON 6.399-1  
Turismólogo Dr. Mauro José Ferreira Cury

**Equipe de Apoio**

Biólogo Igor Kintopp Ribeiro  
Geógrafo Darci P. Zakrzewski  
Suzane de Paula Costa (Geoprocessamento)

**Revisão**

Bióloga MSc. Ana Paula Nahirny – CRBio 83.236/07

## **SIGLAS**

PEMB	Parque Estadual Mãe Bonifácia
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PM	Plano de Manejo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

1. FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO .....	5
2. INTRODUÇÃO.....	6
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	8



**1. FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

<b>Ficha Técnica da Unidade de Conservação</b>	
Nome da Unidade de Conservação: Parque Estadual Mãe Bonifácia	
Gerência Executiva, Av. Miguel Sutil, s/nº, Bairro Duque de Caxias.	
Unidade Gestora Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA-MT Coordenadoria de Unidades de Conservação	
Endereço da sede:	Av. Miguel Sutil, s/nº, Bairro Duque de Caxias
Telefone:	(65) 3623-4965
Fax:	(65) 3613 7252
e-mail:	parquema@gmail.com
Site:	http://www.sema.mt.gov.br/
Superfície da UC (hectares - ha):	77,16 ha
Perímetro da UC (quilômetros - km):	3,583 km
Municípios que abrange:	Região Metropolitana de Cuiabá
Estado que abrange:	Mato Grosso
Coordenadas geográficas (latitude e longitude):	15°34'44"S e 56°05'16"W
Data de criação e número do Decreto:	Decreto nº 1.470, de 09 de junho de 2000, criou o Parque da Cidade - Mãe Bonifácia. Decreto nº 722, de 26 de setembro de 2011, recategoriza o Parque da Cidade - Mãe Bonifácia para Parque Estadual Mãe Bonifácia.
Marcos geográficos referenciais dos limites:	Avenidas Miguel Sutil e Senador Filinto Muller e rua Corsino do Amarante.
Biomass e ecossistemas:	Cerrado
Educação ambiental:	Não
Fiscalização:	Sim
Pesquisa:	Sim
Visitação:	Visitação turística, lazer, local para atividades físicas e eventos.
Atividades conflitantes:	Especulação imobiliária, presença de lixo, escoamento de esgoto não tratado, descaracterização da área por conta da grande circulação de pessoas, desmatamento da mata ciliar, presença de espécies exóticas, usos inadequados.

## 2. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, possui o objetivo de tratar do maior dilema ambiental do planeta: “compatibilizar desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. É claro que uma lei não tem poder de encontrar as soluções para este problema, mas pode indicar caminhos e fundamentar discussões sobre quais são as questões mais importantes e as ferramentas disponíveis para alcançar o mínimo de equilíbrio ambiental.

A conservação da natureza se justifica, tanto por questões de qualidade de vida das populações humanas, quanto por questões éticas e morais que consideram o valor intrínseco da natureza. A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), objetivando a conservação ambiental dos diversos ecossistemas do país. Além de definir critérios para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação nas esferas federal, estadual e municipal, o SNUC, estabelece a necessidade da existência de diferentes categorias de manejo, que em conjunto, atendem os diferentes objetivos para a conservação da natureza. Esta lei ainda define a compensação financeira destinada às Unidades de Conservação (UCs) em contrapartida de empreendimentos considerados de significativo impacto ao meio ambiente e quais as categorias de UCs, suas definições e escopo.

Dentre as UCs previstas, a categoria parque objetiva resguardar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, servir de área de estudos científicos e promover educação e interpretação ambiental através do contato com a natureza. A posse e domínio são de caráter público e a visitação e turismo ecológico devem ocorrer de acordo com o previsto no plano de manejo da área (BRASIL, 2000).

No intuito de salvaguardar o patrimônio natural e áreas de elevada significância cultural, paisagística e recreacionista, as UCs, segundo a Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992) constituem-se na melhor estratégia de conservação *in situ*. Nessas áreas, os aspectos socioculturais, a fauna, a flora, a geodiversidade, como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, proporcionam ferramentas para a inserção humana e o aprendizado científico e educacional.

A Lei nº. 9.985, ainda regulamenta que as UCs devem dispor de um Plano de Manejo (PM). Este deve abranger a área protegida, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

As atividades desenvolvidas no entorno e em regiões de proximidade da UC podem atingir direta ou indiretamente a área protegida, portanto é de extrema importância o desenvolvimento de um eficiente e criterioso zoneamento. De acordo com Floriano (2004), o zoneamento ambiental consiste no planejamento da ocupação espacial de forma ordenada e de acordo com suas características e potencialidades. Para os parâmetros legais, o zoneamento é a definição de setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicos, com o intuito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, 2000).

O zoneamento das áreas inseridas no parque ocorre seguindo critérios propostos em decretos federais e estaduais.

O Parque Estadual Mãe Bonifácia (PEMB), possui área de 77,16 ha, exercendo papel de destaque na Região Metropolitana de Cuiabá e no Estado de Mato Grosso. De

acordo com Menezes (2005), as UCs urbanas apresentam vulnerabilidades em relação às áreas remotas, como: os impactos do processo de urbanização, as dimensões menores, a pressão humana, as espécies exóticas, a contaminação dos mananciais, entre outros.

O PEMB, que já se consolidou como ponto de referência na capital, recebe uma média de 600 pessoas ao dia, chegando a 3.000 mil visitantes nos finais de semana. O parque possui trilhas onde se observa as espécies do cerrado, e durante caminhada é possível se deparar com macacos, capivaras e répteis. A unidade conta com trilhas, postos com equipamentos de ginástica para a prática de exercícios físicos de alongamento, sanitários, bebedouros, estacionamento e espaço para lazer.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Com fundamento no art. 8º, item XVII, alíneas c, h e i, da **Constituição Federal**, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de Defesa Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação e de outras providências. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CDB. Convention on Biological Diversity. 1992. **Preamble to the Convention on Biological Diversity**. Disponível em: <[www.biodiv.org/convention/article.asp](http://www.biodiv.org/convention/article.asp)>. Acesso em: 15/4/2009.

FLORIANO, E. Planejamento Ambiental. Associação de Pesquisa, Educação e Proteção Ambiental do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, nº. 6, 2004, p. 54, **Caderno Didático**.

MENEZES, P.C. Raising the priority of urban áreas in protected área systems in Brazil and beyond. In: TRZYNA, T. **The Urban Imperative: Urban Outreach Strategies for Protect Areas Agencies**. Sacramento: California Institute of Public Affairs. 2005. Disponível em: <[www.interenvironment.org/pa/menezes.htm](http://www.interenvironment.org/pa/menezes.htm)>. Acesso em: 08/08/2011.